



# Curso de Direito Tributário

PAULO DE BARROS CARVALHO

26<sup>a</sup> edição

100 ANOS  
 Saraiva

# Sumário .....

<i>Plano da Obra</i> .....	7
<i>Prefácio à 26<sup>a</sup> Edição</i> .....	9
<i>Prefácio à 25<sup>a</sup> Edição</i> .....	11
<i>Prefácio à 14<sup>a</sup> Edição</i> .....	13
<i>Prefácio à 13<sup>a</sup> Edição</i> .....	15
<i>Prefácio à 7<sup>a</sup> Edição</i> .....	17
<i>Prefácio à 4<sup>a</sup> Edição</i> .....	19
<i>Introdução</i> .....	21

## Capítulo I DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito positivo e Ciência do Direito .....	33
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista .....	35
3. Texto de direito positivo e norma jurídica.....	38
4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito .....	40
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito .....	41
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia.....	42
7. Outras denominações da disciplina .....	45

## Capítulo II TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo “tributo” .....	47
---	----

2.	A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional .....	51
3.	Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo .....	53
4.	O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação .....	55
5.	Empréstimo compulsório .....	56
6.	O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado .....	59
7.	Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia .....	62
8.	Contribuição de melhoria.....	63
9.	Das contribuições.....	65

### Capítulo III FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1.	Fontes do direito .....	69
2.	Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito .....	75
3.	A doutrina.....	76
4.	Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários .....	76
5.	Instrumentos primários .....	78
6.	Instrumentos secundários .....	91
7.	O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional.....	92

### Capítulo IV VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.	O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas.....	95
2.	A questão da vigência .....	98
3.	A vigência das normas tributárias no tempo .....	99
4.	A vigência das normas tributárias no espaço.....	101
5.	Vigência e aplicação das normas jurídicas.....	101

<b>6.</b> Aplicação das normas tributárias.....	103
<b>7.</b> A aplicação das normas tributárias e a retroatividade.....	105
<b>8.</b> Métodos de interpretação do direito — a interpretação sistemática...	106
<b>9.</b> A interpretação do direito como um sistema de linguagem .....	109
<b>10.</b> O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Na- cional.....	111
<b>11.</b> O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso .....	117
<b>12.</b> A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade ...	136

## Capítulo V

### SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

<b>1.</b> Noção de sistema.....	139
<b>2.</b> Classificação dos sistemas .....	141
<b>3.</b> Sistema jurídico — dois corpos de linguagem.....	143
<b>4.</b> Direito positivo: ordenamento ou sistema?.....	146
<b>5.</b> Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria autopoietica do di- reito .....	148
<b>6.</b> A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mes- ma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser .....	151
<b>7.</b> Regras de comportamento e regras de estrutura .....	152
<b>8.</b> Sistema constitucional brasileiro .....	154
<b>9.</b> O subsistema constitucional tributário.....	155
<b>10.</b> Princípios constitucionais gerais .....	156
<b>11.</b> Princípios constitucionais tributários .....	168

## Capítulo VI

### IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

<b>1.</b> A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica .....	179
<b>2.</b> Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica.....	190
<b>3.</b> Paralelo entre imunidade e isenção .....	192

<b>4.</b>	A imunidade recíproca .....	193
<b>5.</b>	A imunidade dos templos de qualquer culto .....	194
<b>6.</b>	A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais .....	195
<b>7.</b>	A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão.....	196
<b>8.</b>	A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais .....	197
<b>9.</b>	Outras hipóteses de imunidade .....	197
<b>10.</b>	Imunidades de taxas e de contribuições.....	199

## Capítulo VII NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

<b>1.</b>	A Lei n. 5.172/66, em face da Constituição de 1988 .....	201
<b>2.</b>	Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional.....	202
<b>3.</b>	Breve escorço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967.....	204
<b>4.</b>	A previsão do art. 146 da Constituição vigente.....	208
<b>5.</b>	O tema da hierarquia da lei complementar .....	210
<b>6.</b>	Hierarquia formal e hierarquia material .....	212
<b>7.</b>	Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário .....	213
<b>8.</b>	Conclusões .....	215

## Capítulo VIII COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

<b>1.</b>	Competência tributária e capacidade tributária ativa.....	217
<b>2.</b>	Sobre as características da competência tributária.....	220
<b>3.</b>	Competência residual e extraordinária .....	226
<b>4.</b>	Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional .....	229
<b>5.</b>	Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade .....	233

6.	Exercício da competência — a edição das normas tributárias.....	236
7.	Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita.....	237
8.	A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência.....	239

## Capítulo IX

### A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1.	Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico” .....	243
2.	O caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador”.....	250
2.1.	A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma .....	251
3.	A expressão equívoca “fato gerador” .....	254
4.	Hipótese tributária e fato jurídico tributário .....	255
5.	A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência.....	256
6.	Hipótese — sua integridade conceptual — fatos jurídicos tributários simples e complexos.....	259
7.	Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal .....	261
8.	Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência.....	271
9.	O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional.....	274

## Capítulo X

### A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1.	A consequência ou “prescritor” da norma tributária — seus critérios .....	283
2.	Relação jurídica e relações jurídicas tributárias .....	284
3.	A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais .....	288
4.	A obrigação tributária no Código Tributário Nacional.....	291
5.	Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo.....	295
6.	Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo.....	298
7.	Sujeito passivo e domicílio tributário .....	300

8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias .....	302
9. Sujeito passivo e solidariedade .....	308
10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária .....	311
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária .....	316
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário .....	318
13. A alíquota.....	327

## Capítulo XI SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva ..	331
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos...	333
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro .....	335

## Capítulo XII CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — “fato” como enunciado protocolar — a constituição jurídica do “fato” .....	342
2. O evento previsto em norma e a chamada “relação jurídica efectual” ...	346
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional.....	348
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação .....	349
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional .....	350
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência..	352
7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária .....	354
8. Lançamento tributário — o problema semântico.....	355
9. Demarcação conceptual do vocábulo “lançamento” .....	359
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato .....	366
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos.....	369

<b>12.</b> Definição de lançamento tributário.....	370
<b>13.</b> As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato.....	378
<b>14.</b> A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo.....	380
<b>15.</b> O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário .....	381
<b>16.</b> Sobre o conteúdo do ato de lançamento.....	385
<b>17.</b> Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento.....	386
<b>18.</b> Lançamento provisório e definitivo.....	387
<b>19.</b> Lançamento e auto de infração .....	389
<b>20.</b> Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário .....	391
<b>21.</b> Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro .....	393
<b>22.</b> Modalidades de lançamento — crítica.....	398
<b>23.</b> Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional .....	399
<b>24.</b> A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo.....	403
<b>25.</b> A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo .....	406

### Capítulo XIII

#### SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

<b>1.</b> A suspensão é da exigibilidade e não do crédito .....	407
<b>2.</b> As hipóteses do art. 151 da Lei n. 5.172/66.....	408
<b>3.</b> O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária .....	409
<b>4.</b> O depósito do montante integral do crédito .....	412
<b>5.</b> As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário .....	413
<b>6.</b> A concessão de medida liminar em mandado de segurança .....	414
<b>7.</b> A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial .....	415
<b>8.</b> O parcelamento .....	415

Capítulo XIV  
EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1.	Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas .....	417
2.	A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional .....	419
3.	Causas extintivas no Código Tributário Nacional.....	419
4.	Pagamento e pagamento indevido .....	420
5.	Compensação.....	426
6.	Transação .....	428
7.	Remissão.....	428
8.	Decadência .....	429
9.	Prescrição .....	434
10.	Conversão de depósito em renda .....	437
11.	O pagamento antecipado e a homologação do lançamento .....	438
12.	A consignação em pagamento.....	439
13.	A decisão administrativa irreformável.....	440
14.	A decisão judicial passada em julgado .....	441
15.	A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei.....	442

Capítulo XV  
"EXCLUSÃO DO CRÉDITO" TRIBUTÁRIO

1.	O significado da "exclusão do crédito" e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional .....	443
2.	Crítica às teorias sobre a isenção .....	445
3.	Fenomenologia das isenções tributárias.....	449
4.	As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional ..	455
5.	Conceito jurídico de anistia fiscal .....	458
6.	As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia .....	459
7.	Considerações finais .....	460

## Capítulo XVI

### INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

1.	Direito e coatividade.....	463
2.	Sanção — acepções da palavra .....	464
3.	Algumas palavras sobre a norma secundária .....	465
4.	A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção.....	469
5.	A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante .....	470
6.	Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória...	471
7.	Espécies de infrações tributárias .....	471
8.	As figuras do “abuso de direito” e da “fraude à lei” no ordenamento jurídico tributário brasileiro .....	476
9.	As infrações no Código Tributário Nacional .....	479
10.	A sanção como consequente normativo.....	486
11.	Espécies de sanções tributárias .....	488
12.	Os excessos sancionatórios.....	497
13.	Responsabilidade dos sucessores.....	499
14.	Responsabilidade de terceiros.....	502
15.	Responsabilidade por infrações .....	504
16.	Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea...	505

## Capítulo XVII

### GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1.	Garantias do crédito tributário .....	511
2.	Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei..	511
3.	Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário .....	516
4.	Presunção de fraude na alienação de bens.....	519
5.	Os privilégios do crédito tributário.....	521
6.	O crédito tributário nos processos de falência do devedor .....	522
7.	O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas.....	524
8.	Necessidade de quitação .....	524

Capítulo XVIII  
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.	A atividade de administração tributária em face da lei.....	527
2.	A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias .....	528
3.	O dever de sigilo e o auxílio de força pública .....	532
4.	Dívida ativa.....	534
5.	Certidões negativas.....	536
	<i>Bibliografia</i> .....	541